

Acordo da dívida: governo pronto.

CRISE POLÍTICA PODERÁ ATRASAR A NOTIFICAÇÃO AO SENADO. NÃO HÁ DATA PREVISTA PARA A ASSINATURA.

PAULO SOTERO,
DE WASHINGTON

O governo notificará hoje o Senado de que está pronto para iniciar a coleta de assinatura dos credores internacionais do País para a formalização do acordo de redução e reestruturação da dívida externa. O presidente do Banco Central, Pedro Malan, e o negociador da dívida, André Lara Resende, reuniram-se com o comitê de bancos em Nova York, na segunda-feira, e marcaram para novembro a abertura dos contratos para a assinatura dos bancos. Eles não quiseram marcar uma data definitiva sem consultar o Senado. A cerimônia deverá ocorrer em Toronto, para contornar a lei que proíbe bancos americanos de deterem papéis ao portador emitidos nos EUA.

A crise política em Brasília pode, no entanto, retardar a notificação ao Senado. Ela ameaça também comprometer de vez a renegociação da dívida se o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, deixar de ocupar rapidamente o espaço político que o novo escândalo abriu à sua frente e convencer os membros do desmoralizado Congresso a parar de bater carteira e se redimir perante o País, apoiando um programa de ajuste fiscal e estabilização.

Os representantes brasileiros reiteraram, na reunião com o comitê, a posição do governo de só fechar o acordo com a adesão da família Dart. Credores de aproximadamente 4% da dívida brasileira, eles optaram pelos bônus de capitalização e se recusam agora a reaplicar seus papéis (US\$ 1,4 bilhão em valor de face) segundo o esquema de "redistribuição" acordado pelo comitê, a pedido de Brasília. "Se o acordo fosse fechado sem os Dart, eles passariam a deter 90% da dívida não renegociada, e isso lhes permitiria buscar satisfação na Justiça", disse uma alta fonte da equipe econômica. "Obviamente, não interessa ao País fechar um acordo nessas circunstâncias."

O governo e o comitê apostam que os Dart mudarão de posição quando constatarem que estão isolados.

Isso acontecerá, calcula-se, no momento em que os credores que já aceitaram a redistribuição assinarem o acordo. Até a semana passada, eles representavam pouco mais de 95% dos cerca de US\$ 35 bilhões a serem renegociados. O Tesouro, que acompanha a questão, concorda com esse raciocínio. "Não creio que esse será um problema muito relevante", disse uma fonte oficial.